



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

MARIA APARECIDA ALBUQUERQUE ARAUJO

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS COM CRIANÇA COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NO ENSINO
FUNDAMENTAL: relato de experiência**

**CAMPINA GRANDE
2023**

MARIA APARECIDA ALBUQUERQUE ARAÚJO

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS COM UMA CRIANÇA
COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NO ENSINO
FUNDAMENTAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Pedagogia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito à obtenção do título de
licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabete Carlos do Vale

**CAMPINA GRANDE
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A663p Araujo, Maria Aparecida Albuquerque.
Práticas pedagógicas inclusivas com criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino fundamental [manuscrito] : relato de experiência / Maria Aparecida Albuquerque Araujo. - 2023.
27 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Elisabete Carlos do Vale ,
Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC. "

1. Educação inclusiva . 2. Autismo. 3. Acompanhamento pedagógico. I. Título

21. ed. CDD 370.115

MARIA APARECIDA DE ALBUQUERQUE ARAÚJO

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS COM CRIANÇA COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NO ENSINO
FUNDAMENTAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura Plena
em Pedagogia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do título de licenciada em Pedagogia. Área
de concentração: Educação.
Área de concentração: Educação.

Aprovada em: 25/08/2023.

BANCA EXAMINADORA



PROFA. DRA. ELIZABETE CARLOS DO VALE (ORIENTADORA)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



PROF. ESP. DIÊGO DE LIMA SANTOS SILVA (EXAMINADOR)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



PROFA. DRA. PAULA ALMEIDA DE CASTRO
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter me proporcionado essa experiência vivida.

A minha família, por ter me apoiado e participado da minha luta diária para realizar as atividades.

Aos meus professores, por ter compreendido e respeitado o meu tempo de aprendizagem, em especial a professora Cristiane Nepomuceno.

A minha orientadora, a professora Elizabete Vale por ter dedicado o seu tempo para me conduzir na escrita do meu trabalho de conclusão de curso.

Aos meus colegas de turma, pelo apoio e dedicação que me proporcionaram no decorrer do curso.

Aos alunos, professores, gestores da escola Municipal Mariinha Borborema onde atuei como bolsista do PIBID/CAPES, em especial, a professora Carla e a professora Elizabete Vale orientadora do subprojeto de Pedagogia.

Aos/as professores/as Eduardo Onofre e Paula Castro membros da banca examinadora, pela disponibilidade e contribuição ao trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através da Diretoria de Educação Básica (DEB) por ter me proporcionado uma primeira inserção numa escola de modo mais intenso e prolongado, através da concessão da bolsa de iniciação à docência no Pibid (Programa de Bolsas de Iniciação à Docência).

A EMEF Cassiano Pascoal Pereira, do município de Campina Grande/PB, onde atuo como Profissional de Apoio Pedagógico a Inclusão Escolar (PAIE), de modo especial à professora da turma, Marciele Marcelino, pela parceria, ensinamentos e aprendizados.

Por fim, agradeço a mim mesma por não ter desistido, apesar de todas as dificuldades enfrentadas no decorrer do curso, pelas palavras proferidas por pessoas que não acreditavam que chegaria ao fim, e hoje estou aqui realizando meu sonho. E sigo dizendo: Nunca foi sorte, sempre foi Deus!

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso configura-se como um relato descritivo de experiência através do qual descrevo algumas atividades desenvolvidas, enquanto Profissional de Apoio a Inclusão Escolar (PAIE) junto a uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) numa escola pública da rede municipal de Campina Grande/PB, durante o ano de 2019. Tal trabalho tem por objetivo refletir sobre a importância da intervenção, suporte e acompanhamento pedagógico de crianças com deficiências no contexto escolar, como instrumentos importantes para a educação numa perspectiva inclusiva. Em termos metodológicos, configura-se como um relato de experiência, como instrumento metodológico utilizamos o diário de campo. Quanto ao referencial teórico, nos embasamos em autores que discutem sobre educação inclusiva e autismo no contexto escolar, como: Estanslau & Bressan (1994); Lago (2007); Mantoan (2003); Milan (2022), entre outros, bem como a legislação vigente no país que rege a educação inclusiva, especialmente a Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Lei nº 13.146/15i - Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Por fim, concluímos que o trabalho de acompanhamento pedagógico a crianças com deficiência no contexto do chamado ensino regular é de extrema importância para a efetivação de uma educação numa perspectiva inclusiva.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Autismo. Acompanhamento Pedagógico.

ABSTRACT

This course completion work is configured as a descriptive experience report through which I describe some activities developed, as a Support Professional for School Inclusion (PAIE) with a child with Autistic Spectrum Disorder (ASD) in a public school in the municipal network of Campina Grande/PB, during the year 2019. This work aims to reflect on the importance of intervention, support and pedagogical monitoring of children with disabilities in the school context, as important instruments for education from an inclusive perspective. In methodological terms, it is configured as an experience report, as a methodological instrument we used the field diary. As for the theoretical framework, we are based on authors who discuss inclusive education and autism in the school context, such as: Estanslau & Bressan (1994); Lake (2007); Mantoan (2003); Milan (2022), among others, as well as the legislation in force in the country that governs inclusive education, especially Law 9394/96 – Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB) and Law nº 13.146/15i – Brazilian Law of Inclusion (LBI). Finally, we conclude that the work of pedagogical monitoring of children with disabilities in the context of the so-called regular education is extremely important for the realization of an education in an inclusive perspective.

Keywords: Inclusive Education. Autism. Pedagogical Follow-up.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
2	EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O QUE SIGNIFICA	09
2.1	Educação inclusiva e sua regulamentação legal	10
2.2	Autismo e inclusão escolar: desafios e o papel do profissional de apoio pedagógico.....	12
3	METODOLOGIAS	16
4	RESULTADOS E DICUSSÕES	17
4.1	A experiência como profissional de apoio de uma escola da rede pública municipal de campina grande/pb	17
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
	REFERÊNCIAS	25

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem se tornado um assunto cada vez mais recorrente nos debates acerca dos direitos à educação nos últimos anos, especialmente a partir dos anos 90. Tal presença é fruto de uma ampla mobilização social em defesa de direitos à saúde, educação e trabalho, entre outras áreas, por segmentos da sociedade civil organizada e respaldada por políticas públicas nas diferentes áreas.

Embora, na prática a educação inclusiva ainda tenha muitos desafios a enfrentar e superar, visto que, práticas excludentes foram vivenciadas (continuam sendo) ao longo do processo histórico brasileiro, do ponto de vista legal, considera-se que houve um avanço substancial do direito à educação, conforme garantido na Constituição Federal de 1988.

A CF/88, em seus Arts. 205 e 206 define a educação como direito de todos e estabelecem objetivos e princípios que integram o direito fundamental à educação, o qual deve visar o “pleno desenvolvimento da pessoa, e seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Esses direitos são reafirmados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), quando afirma nos Arts. 58 e 59 que o ensino da pessoa com deficiência (e que apresenta necessidades educacionais especiais) seja ministrado preferencialmente, no chamado ensino regular. Tais garantias legais têm contribuído para o avanço da oferta da educação inclusiva nas escolas públicas e privadas do país, o que tem exigido das escolas e dos/as seus/as professores/asados o enfrentamento do grande desafio que é atender com qualidade, toda diversidade dos/as seus/as alunos/as.

Desse modo, tendo como referência os estudos do campo da educação inclusiva, bem como, a minha experiência como profissional de apoio pedagógico, vivenciada numa escola pública municipal de Campina Grande/PB, o presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo principal refletir sobre a importância dos profissionais de apoio pedagógico no acompanhamento de crianças com deficiências para a efetivação da educação inclusiva nas escolas públicas. Tem como tema “Práticas pedagógicas inclusivas com crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino fundamental: relato de experiência”.

É importante registrar que a minha inserção no Programa de Bolsas de Iniciação à Docência – Pibid - durante 18 (dezoito) meses, foi de fundamental importância para que conseguisse um contrato (mesmo que provisório) como Profissional de Apoio a Educação Inclusiva (PAIE) numa escola pública da rede municipal de Campina Grande/PB, especialmente, para uma maior e melhor compreensão da diversidade que compõe o cotidiano e espaço escolar.

No que se refere à metodologia, esse trabalho configura-se como um relato de experiência, visto que, através do mesmo, busco descrever minha experiência como profissional de apoio pedagógico junto a uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) vivenciada numa escola da rede pública municipal de Campina Grande/PB, tendo como corte temporal o ano de 2019¹. Quanto ao referencial teórico, foram consultados artigos científicos que tratam sobre a temática, bem como a legislação vigente no país que rege a educação inclusiva.

Por fim, o presente trabalho está organizado da seguinte forma: logo após o texto introdutório vem o capítulo que traz uma abordagem do referencial teórico onde são apresentados estudos sobre a educação inclusiva como direito, bem como, legislações específicas que normatizam a educação inclusiva, seguida de uma rápida abordagem sobre o que é o Transtorno do Espectro Autista (TEA), bem como, a importância e papel do profissional de apoio pedagógico no espaço escolar tema chave do presente relato de experiência. Na sequência é descrita a metodologia do trabalho seguida da apresentação dos resultados e discussões da experiência vivenciada enquanto profissional de apoio numa escola pública da rede municipal de Campina Grande/PB, focalizando especialmente, o acompanhamento a uma criança com Transtorno do Espectro Autista. Por fim, o último capítulo traz algumas considerações finais pertinentes às vivências pedagógicas na educação inclusiva.

¹ Atuo como PAIE na EMEF Cassiano Pascoal Pereira desde o ano de 2019 até os dias atuais.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O que significa?

Durante um longo período da história da educação predominou uma visão da escola como um espaço seletivo onde apenas uma minoria teria direito à entrada e permanência nas instituições escolares, fazendo com que a escolarização fosse durante muito tempo, um privilégio de poucos. É a partir do processo de democratização da escola, resultado das lutas dos movimentos sociais pelo direito de todos à educação que tal cenário vai se modificando, ou seja, a escola passa a ser mais diversa e inclusiva, embora, mais desafiadora e complexa.

De acordo com Miranda (2003), a educação inclusiva no Brasil começou em meados do século XIX, visto que, anteriormente, aqueles que possuíam alguma deficiência² eram abandonados e negligenciados. Sua educação acontecia em instituições especializadas e/ou em hospitais psiquiátricos. Essa primeira fase no campo educacional ficou conhecida como segregação, ou seja, os alunos com deficiências eram separados dos demais alunos e recebiam instruções em espaços diferenciados. É somente a partir da década de 60 do século passado quando tem um grande aumento de instituições educativas especializadas que se tem um maior debate acerca do modelo de educação segregadora vigente até então, bem como, da necessidade de refletir sobre a necessidade de integração escolar dos alunos com algum tipo de deficiência no sistema de ensino regular.

O debate sobre a necessidade de integração do aluno com deficiência na escola regular resultou na individualização da responsabilidade de tal integração. Ou seja, o/a aluno/a com deficiência era que deveria se adequar à escola a qual fosse inserido, não havendo nenhum tipo de reestruturação do sistema educacional para o recebimento dos/as mesmos/as. Tal perspectiva ensejou a reflexão sobre o que é de fato a inclusão escolar e/ou a educação inclusiva. Um das perspectivas é a de que incluir não significa apenas colocar os alunos com algum tipo de deficiência na sala de aula do chamado ensino regular, mas, essencialmente, que as escolas possam oferecer condições pedagógicas e de infraestrutura a fim de, possibilitar que as habilidades e competências dos alunos/as com deficiência sejam trabalhadas e aprimoradas de acordo com suas necessidades, ou seja, que a educação seja de fato, inclusiva.

Mas, o que é a educação numa perspectiva inclusiva? Sobre esse aspecto nos reportamos a Mantoan (2003, p. 14) que chama a atenção para a diferença entre integração e inclusão. “Os dois vocábulos — “integração” e “inclusão” —, conquanto tenham significados semelhantes, são empregados para expressar situações de inserção diferentes e

² Por deficiências entenda todo tipo de Dificuldade ou Transtorno de Aprendizagem.

se fundamentam em posicionamentos teóricos metodológicos divergentes”. Sobre a integração escolar, a autora afirma que através da mesma, “o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais, que vai da inserção às salas de aula do ensino regular ao ensino em escolas especiais” (p. 15). Entretanto, a autora alerta que nas situações de integração escolar, “nem todos os alunos com deficiência cabem nas turmas de ensino regular, pois há uma seleção prévia dos que estão aptos à inserção”. (ibidem). Já a inclusão é defendida pela autora como um conceito mais radical, pois, “esta questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração” (p. 16). Desse modo, de acordo com a autora:

Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular. As escolas atendem às diferenças sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar (currículos, atividades, avaliação da aprendizagem para alunos com deficiência e com necessidades educacionais especiais) (MANTOAN, 2002, p. 16).

A educação numa perspectiva inclusiva traz como exigência fundamental o fato de que, são as escolas que devem se adequar aos alunos e não os alunos às escolas, como era a proposta da integração. É dever das instituições disponibilizar mecanismos que possibilitem um processo de ensino e aprendizagem adequado a esses alunos. É importante ressaltar que é necessário que os/as professores/as e profissionais da educação que atuam nas escolas precisam ter uma formação inicial e continuada adequada que os habilite a trabalhar com a diversidade de alunos/as e suas características e necessidades próprias.

2.1 Educação inclusiva e sua regulamentação legal

A luta pela democratização da escola pública e o avanço do debate e compreensão sobre crianças com deficiência e o direito das mesmas a uma educação inclusiva forçou a elaboração de leis que visassem garantir o direito de pessoas com deficiência ao acesso e permanência nas instituições de ensino regular.

A Constituição Federal do Brasil de 1988, conhecida como Constituição Cidadã por ter sido concebida no processo de redemocratização, iniciado com o encerramento da ditadura militar no Brasil (1964–1985), foi um marco em relação a conquista de direitos sociais. No que diz respeito ao Direito à Educação, a CF-88 é referência fundamental para consolidar a educação como um direito de todos os cidadãos. Estabelece a educação como o primeiro dos direitos sociais (BRASIL, 1988). Outro documento oficial importante para a educação numa perspectiva inclusiva é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – 1990). O ECA, junto à

Lei Brasileira de Inclusão, dá respaldo jurídico para que a inclusão ocorra em todos os níveis, reforçando a compreensão de que a criança não pode estar fora da escola, que a responsabilidade por sua inclusão nos processos educativos escolares é do Estado.

Como resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada em junho de 1994, na cidade espanhola de Salamanca, a **Declaração de Salamanca**³ trata de princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Orienta os países sobre a necessidade de elaboração de políticas públicas e educacionais que visem atender as necessidades educativas de todas as pessoas de modo igualitário. (SANTOS e TELES, 2012).

Influenciada de certa forma pela Declaração de Salamanca, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN - Lei nº 9.394/ 96), traz um capítulo específico para Educação Especial, definindo que: “o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular” (BRASIL, 1996, p.25). Em seu artigo 59, a LDB reafirma que é dever dos sistemas de ensino assegurar aos estudantes currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades de aprendizagem. Em 2001, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172) é promulgado, define metas e objetivos para a educação das pessoas com deficiência a serem alcançadas em um prazo de 10 anos. O atual PNE (2014/2024) define como meta:

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014, p.11).

Além disso, estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. O principal ponto deste documento afirma que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001, p. 1).

³ Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais é uma resolução das Nações Unidas, realizada entre 7 e 10 de junho de 1994, em Salamanca, na Espanha, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social.

Ainda na perspectiva da educação inclusiva, nos anos de 2006 e 2007 são elaborados dois planos de educação: O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH (2006) e o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE (2007) que objetivam a melhoria da educação numa perspectiva inclusiva. O PNEDH, define metas que incluem temas relacionados a pessoas com deficiências nos currículos das escolas, considerado um avanço, visto que, define que o sistema escolar deve se adequar aos alunos e não o contrário. Por sua vez, o PDE, aborda a questão da infraestrutura das escolas, contemplando a acessibilidade das edificações escolares, da formação docente e das salas de recursos multifuncionais.

No ano de 2008 foi publicado o Decreto de nº 6.571 que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), reforçando que o mesmo deve estar integrado ao Projeto Pedagógico da Escola. O processo histórico tem demonstrado que do ponto de vista legal há um avanço na garantia do direito das pessoas com deficiência à educação numa perspectiva inclusiva dentro dos sistemas de ensino, seja público ou privado. Entretanto, do ponto de vista das políticas públicas voltadas para essa temática ainda há muito a se fazer. Dentre essas questões, a formação inicial e continuada de professores/as que contribuam para que os mesmos tenham condições de lidar com a diversidade e necessidades especiais dos sujeitos presentes nas escolas.

2.2. Autismo e inclusão escolar: desafios e o papel do profissional de apoio pedagógico

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (RIBEIRO. MARTELETO, 2023), o autismo “é um transtorno do neurodesenvolvimento e tem como critérios diagnósticos”:

- A- Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos;
- B- Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. A gravidade desses sintomas caracteriza-se por 03 condicionantes:
Os sintomas devem estar presentes precocemente no período do desenvolvimento; os sintomas causam prejuízo clinicamente significativo;
Essas perturbações não são mais bem explicadas por deficiência intelectual ou por atraso global do desenvolvimento.

De modo bastante superficial, crianças e/ou adultos com autismo apresentam algumas características como dificuldades na comunicação social que pode envolver dificuldades fonéticas ou sua inexistência, dificuldades de expressar emoções e reconhecer a emoção do outro, dificuldade de iniciar amizade ou outras relações ou sustentá-las. Assim como, interesses fixos e restritos com comportamentos estereotipados, ou seja, uma criança que só

faz uma coisa o dia inteiro, as estereotípias podem ser motoras e/ou vocais, podendo a criança também desenvolver hiper ou hipo reatividade sensorial, dentre outros.

Em artigo sobre os desafios da inclusão do aluno autista, Oliveira (2020, p. 2) tendo como referência Kanner (2012), apresenta uma definição e diferenciação acerca do Autismo e do Transtorno do Espectro Autista (TEA). O Autismo é conceituado como:

Etimologicamente falando, autismo vem da palavra de origem grega "autos" cujo significado é "próprio ou de si mesmo", sendo caracterizado como um distúrbio neurológico que surge ainda na infância, causando atrasos no desenvolvimento (na aprendizagem e na interação social) da criança. O autismo não tem causa definida. É um transtorno que provoca atraso no desenvolvimento infantil, comprometendo principalmente sua socialização, comunicação e imaginação. Manifesta-se até os três anos de idade e ocorre quatro vezes mais em meninos do que em meninas. Algumas características são bem gerais e marcantes, como a tendência ao isolamento, a ausência de movimento antecipatório, as dificuldades na comunicação, as alterações na linguagem, com ecolalia e inversão pronominal, os problemas comportamentais com atividades e movimentos repetitivos, a resistência a mudanças e a limitação de atividade espontânea. Bom potencial cognitivo, embora não demonstrassem. Capacidade de memorizar grande quantidade de material sem sentido ou efeito prático. Dificuldade motora global e problemas com a alimentação.

Já o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é definido a partir dos seguintes aspectos:

O TEA pode vir acompanhado de outros distúrbios, como depressão, epilepsia e hiperatividade. Apresenta-se em graus variados, desde os mais severos (em que a pessoa não fala, não olha, não mostra interesse algum no outro) até os mais leves, chamado de alto funcionamento (falam, são capazes de acompanhar estudo normal, desenvolver-se em uma profissão, criar vínculos com outras pessoas).

Para Estanislau & Bressan (2014, p.220), o autismo “é uma condição que reflete alterações no neurodesenvolvimento de uma pessoa, determinando quadros muito distintos, que têm em comum um grande prejuízo na sociabilidade”. Assim sendo, mesmo que dois indivíduos sejam autistas, cada um deles apresenta características de forma individual.

De acordo com estudo publicado pelo JAMA Psychiatry, as causas do autismo são múltiplas, sendo 81% genético e herdado por genes diversos, as variantes da criança pode ser encontrada no pai ou na mãe ou nos dois e se somaram na criança; 18% é genético e não herdado, não vem do pai e nem da mãe, ou seja, houve uma mutação. Em torno de 3% é ambiental de dentro do útero, tem como fatores causadores, o consumo de ácido valpróico e infecções durante a gravidez.

Tais dados demonstram o quão desafiante é o desenvolvimento da educação numa perspectiva inclusiva. Assim, quando se fala em inclusão da criança com autismo na escola de ensino regular, deve-se pensar no/a professor/a, pois este/a, na maioria das vezes não está preparado/a para receber alunos/as com autismo. Conforme afirma Oliveira (2020, p. 3), “um

dos maiores desafios da atualidade é proporcionar uma educação para todos, sem distinções, além de assegurar um trabalho educativo organizado e adaptado para atender às Necessidades Educacionais Especiais dos alunos”.

Vale salientar que a Lei brasileira de inclusão (LBI - Lei 13.146/15) em seu Capítulo IV sobre o direito à Educação prevê no artigo 28 item XVII - oferta de profissionais de apoio escolar; responsabilizando o ensino público e privado para oferecer, treinar e acompanhar as funções deste profissional. Em linhas gerais, o profissional de apoio escolar, tem as seguintes atribuições:

Prestar auxílio diretamente ao estudante com deficiência (física, intelectual, visual, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, entre outras), assistindo-o quanto aos cuidados básicos de alimentação, higiene, locomoção, recreação e organização das condições do ambiente escolar, para mediação das atividades escolares orientadas pelo professor. Acompanhar o estudante nas atividades pedagógicas propostas pelo professor durante as aulas e também as extraclases, visando assim, sua efetiva participação pedagógica na Unidade Educacional, de acordo com as propostas curriculares. Contribuir com o processo de inclusão escolar dos estudantes público-alvo da Educação Especial, inseridos na Rede Municipal de Ensino (BRASIL. 2023).

Portanto, o profissional de apoio escolar tem o importante papel de ser o responsável por auxiliar o/a aluno/a com deficiência nas suas atividades referentes à locomoção, alimentação e realização das atividades escolares, bem como, tem a incumbência de auxiliar o docente na adequação e execução das atividades discentes, assim como, atuar de forma conjunta com o/a professor/a no momento de planejamento, elaboração e avaliação dos conteúdos, adequando-os conforme as necessidades do/a criança.

Como ressalta Ornat e Almeida (2023, p.14), “O principal objetivo a ser alcançado é o de promover a autonomia da criança, o apoio escolar pode ser visto como um ator-coadjuvante, enquanto a criança é o ator principal na aprendizagem dos conteúdos, nas intervenções e interações.” O profissional de apoio escolar deve auxiliar para que a criança possa a partir do que ela sabe ir desenvolvendo novos saberes de forma autônoma, se for necessário ajuda que esta seja planejada para ser retirada aos poucos.

É importante destacar que é de fundamental importância que esses profissionais tenham uma formação adequada, seja inicial ou continuada, visto que são muitos os desafios que os mesmos enfrentam no cotidiano da escola. Dentre as diversas dificuldades enfrentadas pelos profissionais de apoio pedagógico, destaca-se a necessidade de conhecer o que é autismo e suas características, compreender como ocorre o processo de inclusão da criança com autismo no ambiente escolar, buscar metodologias e propostas lúdicas através de orientação específica para o desenvolvimento das ações pedagógicas junto ao/a professor/a,

entre outras.

Sobre esse aspecto, Estanislau & Bressan (2014), apontam algumas estratégias importantes que podem orientar o profissional de apoio em suas atividades junto a crianças autistas, tais como: Comparar a criança apenas com ela mesma; certificar-se de que a criança está prestando atenção no profissional de apoio antes de passar a instrução; monitorar o desempenho da criança constantemente (através de relatórios); reforçar positivamente a aprendizagem adquirida; promover rotinas; evitar exposição da criança em situações que ele tem mais dificuldade que as outras; respeitar os limites dela; adaptar o material conforme suas necessidades; fazer uso produtivo dos interesses especiais da criança para o ensino; apresentar os conteúdos em ordem crescente de complexidade, incentivar a integração entre as crianças da sala, etc.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho configura-se como um relato de experiência, visto que, busca descrever as experiências vivenciadas como profissional de apoio pedagógico no âmbito da educação inclusiva numa escola pública municipal de Campina Grande/PB. Como destacam Mussi, Flores e Almeida (2021, p. 65):

O Relato de experiência é um tipo de produção de conhecimento, cujo texto trata de uma vivência acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), cuja característica principal é a descrição da intervenção. Na construção do estudo é relevante conter embasamento científico e reflexão crítica.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado o diário de campo onde foram registrados os principais aspectos da experiência de acompanhamento pedagógico junto a criança com TEA. Desse modo, na condição de profissional de apoio pedagógico, busquei descrever algumas das ações pedagógicas realizadas junto a uma criança diagnosticada com Espectro do Transtorno Autista - TEA, numa escola pública municipal da rede municipal de Campina Grande/PB, ao mesmo tempo em que busquei refletir sobre o processo de formação inicial de professores vivenciado no curso de pedagogia da UEPB.

4 RESULTADOS DISCUSSÕES

4.1 A experiência como profissional de apoio de uma escola da rede pública municipal de campina grande/pb

a) Caracterização da escola

A Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF Cassiano Pascoal Pereira, localizada na zona urbana do município de Campina Grande/PB, tem a seguinte infraestrutura: 06 salas de aula, 01 sala de professores/as, 01 sala da diretoria, 01 sala da secretaria, 01 sala de leitura, 01 sala de vídeo, 01 sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), 01 cozinha, 01 almoxarifado, 01 pátio coberto e 01 quadra sem cobertura. A escola é bastante arborizada, proporcionando um ambiente muito agradável para o desenvolvimento de atividades pedagógicas fora da sala de aula.

A referida escola funciona nos dois turnos (manhã e tarde) com turmas do pré I ao 5º ano do ensino fundamental, atendendo a 277 alunos/as matriculados/as, destes, 42 são alunos diagnosticados com algum tipo de deficiência. Nos últimos cinco (05) anos atuei como profissional de apoio nas turmas do 2º ao 5º ano, em parceria com as professoras da sala regular e a equipe pedagógica do AEE. A seguir relatarei minha experiência como profissional de apoio junto a uma criança diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista – TEA que cursava o 4º ano do ensino fundamental no ano de 2019.

b) Relato de experiência

No período de 2019 a 2023 desenvolvi minhas atividades como PAIE⁴ nos anos iniciais do ensino fundamental na Escola Cassiano Pascoal Pereira, no turno vespertino. O presente relato focaliza o acompanhamento pedagógico a uma criança com TEA, mais especificamente, a realização de algumas atividades de letramento. De modo geral, realizava a mediação das atividades propostas pela professora da sala regular e da sala de AEE, bem como, buscava interagir com demais profissionais da escola, realizando relatórios mensais para descrever o desenvolvimento da criança. A criança que acompanhei cursava o 4º ano do ensino fundamental no ano de 2019, com diagnóstico de TEA. Algumas das características diagnosticadas na criança nesse período: possuía linguagem não verbal; tinha dificuldades nas habilidades de coordenação motora grossa e fina; demonstrava muito interesse por quebra-cabeça e dinossauros.

⁴ Não faço parte do quadro de servidores públicos permanentes do município, tenho um contrato provisório no município por excepcional interesse de gestão.

Após avaliação diagnóstica da criança, foram identificadas as habilidades e competências já adquiridas pela mesma, bem como suas limitações pedagógicas, algumas atividades foram planejadas para que fossem desenvolvidas junto à criança. Vale salientar que tais atividades foram orientadas e supervisionadas pela professora da sala regular, visto que, todas as mediações estabelecidas eram planejadas em consonância com o cronograma estabelecido pela escola, tendo o aval da secretaria de educação do município e respaldo de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Inicialmente, para introduzir o tema identidade, organizei uma prancha, (conf. figura 1) com o nome da criança, para que através do pareamento das letras do seu nome com uso do alfabeto móvel, aprendesse a identificar e escrever seu nome. Para isso, utilizei uma foto da (criança)⁵, com seu nome ao lado em uma folha de papel A4, plastificada e com velcro nos espaços para serem completados. Em seguida, ampliei o desenvolvimento da sua motricidade com a letra pontilhada para ela cobrir até chegar à escrita independente.

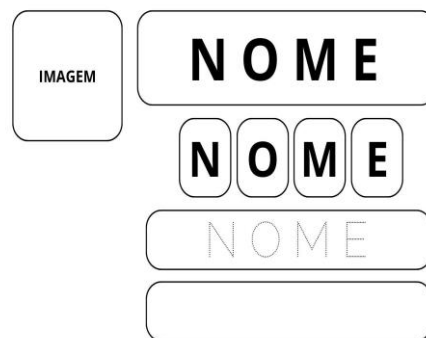


Figura 1 - Arquivo pessoal

Posteriormente, realizei atividades de pareamento de imagens, cujo objetivo é contribuir para que a criança identifique a imagem correspondente e a discrimine entre as demais, em um conjunto de seis imagens, como também ordene em sequência. Conforme a criança foi avançando, foi introduzido o pareamento sombra-imagem, conforme na figura 2, com fichas de papelão com imagens de transportes impressas, plastificadas com durex, da sombra de transportes em que a criança identificaria o transporte igual entre os demais e seguiria na sequência.

⁵ Optei por não mencionar o nome, nem postei fotos da criança pelo fato de não ter pedido autorização dos pais/responsáveis.



Figura 2 – Arquivo pessoal

Também realizei atividades de seriação de cores, conforme na figura 3, em tiras de papelão com uma sequência de círculos, um de cada cor, plastificado com durex, em que a criança tinha que seguir a sequência de cores colocando os círculos das cores iguais abaixo da tirinha padrão. Esta é uma atividade fundamental como pré-requisito para alfabetização pois, em seguida a criança conseguirá decodificar a sequência de letras.



Figura 3 - Arquivo pessoal

Foi ensinado também atividades com temas funcionais para que a criança pudesse ampliar o que foi aprendido na escola no dia a dia. Nessa atividade sobre a funcionalidade de alguns objetos, (conf. figura 4), com imagens impressas e plastificadas, a criança tinha que identificar a função do objeto em destaque e colocar um pegador em uma das três imagens de opções correspondentes. Por exemplo, a chave tem a função de abrir a porta.



Figura 4 – Arquivo pessoal

Para iniciar a introdução do reconhecimento das letras selecionei inicialmente, as vogais e objetos que iniciam com determinada vogal, (conf. figura 5), fichas impressas e plastificadas para que a criança fizesse a correspondência do som das vogais ao som daqueles objetos. Posteriormente, foi utilizado o alfabeto móvel com todas as letras e imagens correspondentes, (conf. Figuras 5 e 6), para ampliar a relação da letra-som das consoantes, como também, foi adicionado o nome das imagens para iniciar a identifica da

letra inicial.



Figura 5 – Arquivo pessoal



Figura 6 – Arquivo pessoal

Para iniciar o reconhecimento dos números utilizei o pareamento número ao número no papelão, com números impressos e plastificados com durex (conf. Figuras 7 e 8), para que a criança fizesse o pareamento do número ao mesmo número, inicialmente do 1 ao 5, posteriormente, fomos aumentando de 1 em 1 até chegarmos do 1 ao 9. Além da identificação do número igual, ele fez a discriminação dos demais e realizou a decodificação da ordem de 1 ao 9.



Figura 7 – Arquivo pessoal



Figura 8 – Arquivo pessoal

Assim como, trabalhei os números ao estimular a coordenação motora fina com as atividades de sequenciar os patinhos enumerados, (conf. figura 9), pegadores com a imagem

de patinhos de 1 ao 5 para colocar em uma régua aguçando o movimento de pinça ao abrir e fechar o pegador para colocar na régua.

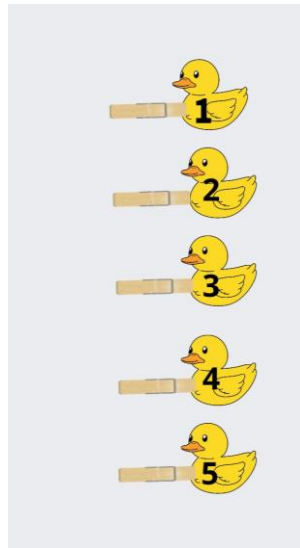
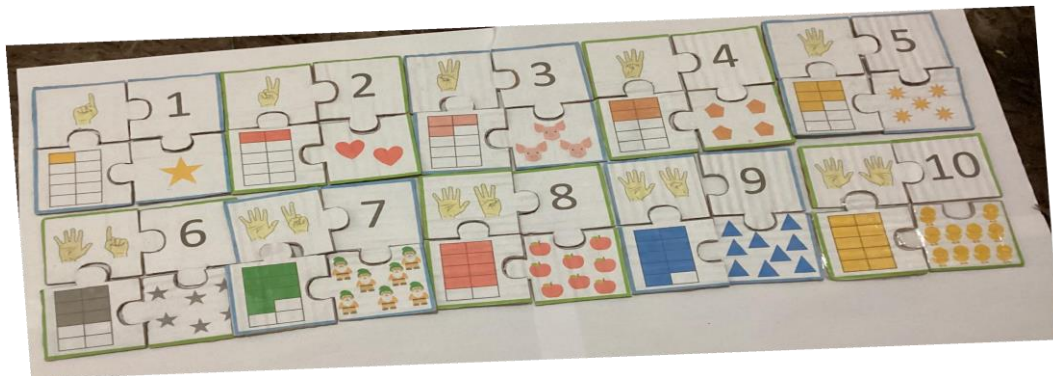


Figura 9 – Arquivo pessoal

Na disciplina de Matemática, realizei atividades de quebra cabeça (conf. figura 10), feito de papelão, com imagem impressa e plastificado com durex para o reconhecimento dos números, assim como sua relação com a quantidade. O quebra cabeça era uma brincadeira de interesse da criança, isso o deixava motivado a aprender os conceitos ensinados sobre a temática.

Figura 10 – Arquivo pessoal



No que diz respeito aos aspectos sócioemocionais, a criança é tranquila, entra na sala, senta na sua cadeira e aguarda as orientações, como também é de fácil convívio, apesar de interagir pouco com as outras crianças. Demonstra muita afetividade, expressando gestos de carinho de forma bastante espontânea, especialmente comigo. Quando vai para a sala do AEE, participa e faz as atividades com bastante motivação e empenho, entretanto, para realizar as atividades necessita da nossa intervenção e orientação. No intervalo não consegue interagir

com as outras crianças, principalmente por conta do barulho que o incomoda bastante.

Já no que se refere aos aspectos psicomotores, as funções motoras eram bem desenvolvidas visto que a locomoção, o equilíbrio, a lateralidade eram desempenhadas com autonomia. Conseguia fazer uso da mão direita, como por exemplo, ao pegar no lápis corretamente. Recortava e colava papéis sozinho apesar da sua coordenação motora não estar totalmente desenvolvida. Conseguia encaixar as peças de blocos e fazer pareamento com imagens e objetos. Quanto ao esquema corporal a criança realizava as atividades motoras amplas, como: ficar de pé, equilibrar-se, segurar objetos sozinhos, pular, andar com total liberdade dos movimentos. No que diz respeito à escrita, conseguimos chegar até o passo de cobrir pontilhados de formas, números, letras etc

Na aprendizagem, no que se refere aos aspectos cognitivos, a criança possuía autonomia para recortar, pintar, fazer atividades utilizando colagens ao identificar as cores, as formas geométricas e alguns números, como também reconhecia as letras do seu nome, utilizava a tesoura de forma correta e modelava a massinha com habilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero que o direito à educação, em especial o avanço da legislação que passou a garantir políticas e práticas de educação numa perspectiva inclusiva têm sido fundamental para que a escola, apesar das extremas dificuldades, se abrisse para acolher a diversidade de crianças com suas habilidades, limitações e possibilidades, bem como, para um maior e melhor aprendizado dos/as professores/as. Constatei isso na prática como profissional de apoio numa escola pública em Campina Grande/PB, onde pude acompanhar crianças com necessidades especiais diversas, que o espaço escolar é mais rico em processos de aprendizados quando acolhe a diversidade de sujeitos.

Meu processo de formação inicial no curso de pedagogia foi permeado por desafios e necessidades de superação, desacreditei muitas vezes da minha capacidade de concluir o curso. Entretanto, posso afirmar que o acompanhamento pedagógico a uma criança com TEA, foi um dos maiores desafios que enfrentei quando passei a experienciar o fazer pedagógico, mesmo que não fosse como professora, pois, a experiência docente até então vivenciada foi como professora em escolinhas de bairro. Exercer o papel de Profissional de Apoio a Inclusão Escolar exigiu novos estudos e aprendizados, desde o estudo sobre a educação numa perspectiva inclusiva, ao aprofundamento e compreensão sobre os diversos tipos de deficiência presentes na escola, em especial, o autismo e o Transtorno do Espectro Autista – TEA. Busquei entender o que é TEA, suas especificidades e formas diversas nos diferentes sujeitos, visto que, o especto autista se manifesta de forma diferente em cada pessoa, exigindo do profissional de apoio, além dos cuidados básicos com a criança, a mediação e orientação das atividades escolares de letramento e numeramento.

A criança com TEA com a qual atuei, era uma criança não verbal, ou seja, tinha dificuldade de compreender, enunciar seus desejos, sentimentos e pensamentos, assim como em manter uma conversa usando a linguagem para se comunicar com outras pessoas. Ao longo do desenvolvimento das atividades pedagógicas precisei elaborar materiais com apoio visual, material concreto produzido através de tecnologias assistivas de baixo custo para que ele conseguisse compreender as minhas orientações. A realização de uma avaliação diagnóstica foi fundamental para o planejamento das atividades que eram desenvolvidas, bem como, para a produção de relatórios mensais sobre as ações realizadas e evolução da aprendizagem da criança.

De início, para mim, era tudo novo, pois essa seria a minha primeira experiência na educação inclusiva, vale salientar que a experiência de iniciação a docência propiciada pelo

Pibid foi de fundamental importância, visto que, foi a partir dessa experiência que “mergulhei” no cotidiano escolar e compreendi melhor a sua diversidade de sujeitos, suas limitações e possibilidades, o fazer pedagógico dos/as professores/as (planejamento, atuação em sala, organização e elaboração de materiais didáticos, etc). Atuar como PAIE foi um novo desafio para mim, me desafiei a aprender novamente como ensinar, só que agora com a especificidade de um olhar para o que necessitam as crianças com deficiências, de uma forma que hoje não me vejo fora desse convívio. Trabalhar na educação inclusiva não envolve apenas a educação, e sim um ato de amor, de respeito pelo outro, de cuidar, de empatia e acima de tudo de superação e conquistas.

Cada evolução no aprendizado alcançado pela criança era para mim, enquanto profissional de apoio e para os demais colegas que atuaram diretamente com a mesma, a compreensão de que todos conseguem aprender, mesmo com limitações, o que precisa é oferecer as condições de infraestrutura e pedagógicas necessárias e adequadas para que o aprendizado aconteça e o direito de todos a aprender seja efetivado na prática.

Por fim, a elaboração do TCC (trabalho de Conclusão de Curso) foi outro grande desafio pra mim, pois, além do pouco tempo (trabalhava os dois expedientes e estudava a noite), a dificuldade da escrita acadêmica era algo que me limitava muito. Com o apoio de colegas da escola e orientação da minha orientadora consegui não apenas finalizar o mesmo, mas também refletir sobre a minha atuação como Profissional de Apoio a Inclusão Escolar – PAIE e compreender que todos nós somos capazes de aprender, basta ter as condições favoráveis e as orientações necessárias.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266 . Acesso em: Out 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2014. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015 Acesso em Out. 2020.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, 1994, Salamanca-Espanha.

ESTANSLAU, Gustavo. BRESSAN, Rodrigo. **Saúde mental na escola:** o que os educadores devem saber. Porto Alegre: Artmed, 2014.

LAGO, Mara. **Autismo na escola:** Ação e reflexão do professor. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

LEONEL, A. [et.all]. Um olhar sobre a prática do profissional de apoio à alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) da rede municipal de ensino em Altamira/Pará. In: **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação.** 2022 (p. 552–566). Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v8i5.5511>. Acesso em: Out. 2022.

Lei 13.977/20 - **Lei Romeo Mion, que institui carteira nacional do autista.** Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/318126/sancionada-lei-romeo-mion--que-institui-carteira-nacional-do-autista> Acesso em: 02/06/2023.

MANTOAN, Maria T. Égler. **Inclusão escolar:** o que é? porquê? e como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MILAN, D. [et.all]. Educação e inclusão: a função do profissional de apoio para a atuação com alunos com transtorno do Espectro Autista (TEA). In: **Brazilian Journal of Development**, 2022. Disponível em: <https://www.doi.org/10.34117/bjdv8n11-062> Acesso em: Out. 2022.

OLIVEIRA, Francisco L. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. In: **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 34, 8 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34>. Acesso em: Out. 2022.

ORNAT, Leticia. ALMEIDA, Isabelle. O papel da tutora na educação de crianças autistas: os desafios encontrados no cotidiano escolar. In: **Revista Gestão & Saberes.** v.1 n.1 (2023):. Disponível em:

<https://www.revistaonline.fasf.com.br/index.php/gestaoesaberes/article/view/41>. Acesso em: Out. 2022.

RIBEIRO, C. R. MARTELETO, M. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais enquanto um dispositivo info-comunicacional. In: **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 28, p. 1–16, 2023. DOI: 10.5007/1518-2924.2023.e90801. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/90801>. Acesso em: 22jul. 2023.